

**Ata da Reunião com o Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina
Revisão do Plano Diretor de Angelina
Anteprojeto de Lei**

Pauta: A reunião ocorreu no dia 12 de setembro de 2023 de modo presencial, no Centro Comunitária do Centro. O objetivo da reunião foi apresentar o Anteprojeto de Lei da Revisão do Plano Diretor de Angelina.

Gravação Integral da Audiência, contendo legenda, disponível em:

 **Reunião do Conselho Territorial de Angelina - 12/09/2023**

<https://www.youtube.com/watch?v=6t32SjzCTso>

Redação da Ata: Nathália Sander e Mariana Panzera - Equipe Técnica UFSC

Revisão da Ata: Nadine Saleh e Nathália Sander - Equipe Técnica UFSC

Sr. Dauri Exterkoetter, presidente do Conselho do Desenvolvimento Territorial de Angelina inicia a reunião às 19:00. Comenta que a pauta da reunião de hoje será: abertura e informes, apresentação da ata anterior e apresentação preliminar do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor de Angelina pela equipe da UFSC.

Sr. Dauri comenta sobre o convite de celebração dos 50 anos do aniversário do Hospital de Angelina, que acontecerá às 19 horas do dia 14 de outubro, com uma missa na matriz e um coquetel no galpão da Igreja. Pergunta se algum outro conselheiro tem alguma manifestação, ninguém se manifesta. Pergunta se todos aprovam a pauta do dia, todos aprovam.

Sr. Dauri pergunta se todos leram a ata enviada, da última reunião do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, enviada no grupo de WhatsApp, e passa para a aprovação da mesma. Dois participantes se abstém por não estarem na reunião e todos os demais aprovam.

Convida então o professor Samuel Steiner para iniciar a apresentação preliminar do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor de Angelina. Samuel começa sua fala retomando as etapas desenvolvidas, agradece o contato feito pelo conselho e pelos membros da prefeitura. Atualiza o Conselho sobre a retomada dos trabalhos da

equipe da UFSC depois de um mês e meio de pausa por conta de “situações” entre a prefeitura e a UFSC.

Fala que após as oficinas territoriais foi dado encaminhamento para elaboração do Projeto de Lei, explica quais são as próximas etapas, incluindo a Consulta Pública em que será apresentada a proposta final e que todos terão voz e vez para apresentar sugestões, mas que quem votará pela aprovação será o Conselho.

Samuel fala da presença da equipe da UFSC na reunião, diz que todos hoje poderão fazer falas com dúvidas ao longo da apresentação.

Samuel apresenta o slide com o objetivo da reunião, de apresentação da estrutura e conteúdo básico do plano, bem como do processo de consulta pública. Samuel diz que a expectativa é que a Consulta Pública fique no ar por 15 dias no mês de outubro. Samuel reitera a questão dos votos dos conselheiros para posterior encaminhamento para Câmara de Vereadores. O professor relembra o histórico do processo, as oficinas territoriais realizadas, reuniões com o conselho, as audiências. Relata que o objetivo é que o processo tenha sido transparente ao longo de todo o trabalho. Comenta que todos os produtos de participação social e de Leitura Técnica estão disponíveis no site do projeto (participaangelina.ufsc.br).

Samuel apresenta a estrutura básica do desenvolvimento interno do plano, que envolveu o levantamento dos princípios, as problemáticas e qualidades do município e a elaboração das diretrizes apresentadas na segunda Oficina Territorial. Explica como foram elaboradas as diretrizes do Plano e a elaboração dos eixos estruturantes do Plano Diretor Participativo. Reforça que todas essas etapas foram apresentadas nas oficinas já realizadas.

Samuel expõe as principais demandas e questões que basearam o Plano Diretor, exemplificando cada uma delas. São elas: Simplificação, com retirada do que não é atribuição do plano diretor; Instrumento de gestão mais operacional; Melhor adequação dos perímetros urbanos; Critérios mais claros para a distribuição de equipamentos e serviços; Incorporação de modo mais efetivo da porção oeste do território no planejamento (Rio Novo); Critérios para a organização da expansão urbana, principalmente no distrito sede; Maior pertinência de determinados parâmetros urbanísticos (tamanho de lote, recuos, etc.); Regular de forma mais precisa os usos (adequados e não adequados); Melhor regulamentação do parcelamento urbano (procedimentos e parâmetros); Criar regulamentação para os

condomínios rurais; Estruturar regulamentação da regularização fundiária e evitar distorções; Previsão de instrumentos urbanísticos coerentes com Angelina.

Samuel apresenta a estrutura proposta para o Anteprojeto de Lei Complementar, em quatro títulos principais, sendo o **Título I - Conceituação e objetivos gerais**. O Título II - Do Ordenamento Territorial, onde se encontrará a essência do Plano Diretor. O Título III - Dos Instrumentos Urbanísticos e o Título IV - Das Disposições Finais e Transitórias, que apresentam as etapas de disposições transição entre o Plano vigente e o Plano a ser implementado, que dispõe sobre a segurança jurídica para quem irá construir e para os operadores da lei dentro da administração municipal. Por fim, o plano conterà os anexos, com os mapas e as tabelas necessárias.

Samuel apresenta os 4 títulos e diz que passará rapidamente sobre eles. Apresenta os títulos iniciais, relativos aos princípios, objetivos e diretrizes, do sistema de acompanhamento e controle - em que o Conselho continua tendo papel central de atuação, tanto de controle quanto de acompanhamento, diz que a responsabilidade não é só de aprovação do texto da lei, mas de acompanhamento na tramitação da Câmara de Vereadores e após na implementação.

Samuel fala sobre os planos setoriais propostos. Comenta que foram desenvolvidos os planos sobre os temas mais importantes que apareceram ao longo do processo de Leitura Técnica e Leitura Comunitária. Os planos setoriais propostos são: plano de saneamento básico, de preservação e qualificação do patrimônio cultural, do desenvolvimento rural e de plano de habitação e regularização fundiária.

O Professor Samuel cita que os planos setoriais deverão ser tratados também na esfera da execução orçamentária. O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta que há planos existentes, com orientação, mas que não são levados a frente e discutidos. Que precisam ser executados.

O professor Samuel questiona quais seriam exatamente os planos a que ele se refere. O Sr. Claudio Inácio Schuch responde que de saneamento ambiental e regularização, por exemplo. O prof. Samuel responde que a ideia é justamente fazer planos mais operacionais para evitar que não sejam executados, por isso também foram selecionados temas prioritários para o município realmente executar.

O professor Samuel fala sobre o **Título II - do Ordenamento territorial**. Explica que de 11 zonas atuais, a proposta diminui para 03 zonas, e que acredita que desta forma será possível ordenar bem o território e que será explicado melhor adiante. Fala também sobre o Capítulo V - Dos parâmetros urbanísticos, que são os parâmetros que devem orientar a ocupação dentro do lote.

Sr. José Alberto Werner fala que isso dá muita autonomia ao funcionário público.

Samuel concorda, comenta que essa é a ideia, justamente conseguir operacionalizar o plano e aprovar ou não as edificações conforme o Plano.

Sra. Maria de Fatima Teixeira de Melo fala que esses parâmetros são excelentes para dar autonomia aos profissionais também.

Samuel concorda e fala que o Plano Diretor deve orientar as construções com essa visão macro do planejamento urbano. Continua a apresentação explicando o que está previsto para o Capítulo VI - Do Parcelamento do Solo Urbano, que deve orientar as diretrizes e objetivos do parcelamento do solo urbano, de loteamentos e desmembramentos de lotes. Explica que, o mesmo capítulo, deverá conter as informações dos procedimentos para a aprovação dos parcelamentos.

Ainda no Título II, Samuel fala sobre o Capítulo VII, dos condomínios urbanísticos de lotes e dos condomínios rurais. E por fim, o Capítulo VIII que apresenta procedimento da regularização fundiária. Expõe que esse capítulo do Plano deverá orientar os processos de regularização fundiária para o município.

Samuel inicia a apresentação do **Título III, os instrumentos urbanísticos** previstos para o Plano Diretor. Explica que o Plano vigente tinha 11 instrumentos previstos, e que a Equipe não considera necessário que todos esses instrumentos sejam aplicados em um município como Angelina, e exemplifica o porquê. Contextualiza então dos instrumentos propostos, que são: a transferência do direito de construir; a outorga onerosa do direito de construir; o direito de preferência; o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o Estudo de Impacto de Ambiental (EIA).

O Sr. Claudio Inácio Schuch pergunta se as AEIS entram na mesma lógica do direito de preferência, já que estão demarcadas em áreas privadas.

Samuel explica que as ZEIS entram no zoneamento e responde que sim, elas entram na mesma lógica. Exemplifica também as duas formas que as ZEIS entram

no Plano Diretor, uma delas é com a demarcação de áreas que já existem e estão ocupadas ou áreas demarcadas para novas edificações.

Samuel apresenta também as propostas de anexos e tabelas do Plano Diretor, explicando o conteúdo básico dos mesmos. Comenta que alguns desses anexos serão apresentados hoje. Expõe um exemplo de tabela e mapa do zoneamento e inicia a apresentação de um comparativo do Plano Diretor Vigente com a proposta que será entregue. O primeiro aspecto apresentado são os princípios do Plano Diretor Participativo.

Em seguida, Samuel apresenta o comparativo dos objetivos atuais e da proposta. Explica que para os objetivos buscou-se um carácter mais operacional. E em relação às diretrizes, Samuel fala que o Plano Diretor atual não apresenta as mesmas de forma explícita e apresenta as diretrizes propostas.

Samuel fala das instâncias previstas para acompanhamento e controle do Plano Diretor, que são as instâncias do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina (CDTA), as audiências e consultas públicas, os plebiscitos e o referendo. Assim como a iniciativa popular de projeto de lei e a gestão orçamentária participativa. E também instrumentos como o Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial de Angelina (FMDT) e o Sistema de informações municipais.

O Sr. Claudio Inácio Schuch perguntou sobre quais arrecadações servirão para o Fundo Municipal.

Samuel responde que um dos instrumentos do Plano Diretor para arrecadação é a Outorga Onerosa, além de eventuais multas advindas de regularização fundiária; implementação de loteamentos. Samuel comenta que Angelina tem pouca renda para os fundos. Mas é necessário que exista o Fundo para captura e depósito também de investimentos que poderão vir de outras instâncias governamentais. O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta que tem a ferramenta, mas que ela não é aplicada.

Samuel exemplifica a aplicação de um instrumento de outorga onerosa em outros municípios maiores em que o mercado imobiliário é mais pulsante, o que não é a lógica de Angelina, fala que é preciso ter honestidade nesse sentido, mas que ainda assim é importante que exista o instrumento para operacionalizar o Fundo Municipal.

O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta que existe um Fundo de Saneamento, com recursos, mas que não tem efetivação. Samuel fala que o CDTA poderia estar discutindo essas questões. O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta que essas questões não passam atualmente pelo conselho e que não há um Conselho de Saneamento formado.

Samuel continua a apresentação afirmando que sim, é importante que o instrumento e o Fundo existam. Comenta que para municípios como Angelina vale a pena ter um profissional na prefeitura capacitado para buscar Fundos Federais.

O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta que o que ajuda Angelina nesse sentido é estar junto do setor técnico da Granfpolis.

Samuel concorda e fala que uma boa estratégia seria as prefeituras terem uma equipe técnica capaz de articular os municípios e buscar fundos federais. Explica também questões financeiras e estruturais da prefeitura de Angelina que envolvem a implementação do Plano Diretor.

Samuel fala dos planos e políticas setoriais do Plano Diretor vigente e dos planos setoriais propostos, que de 16 diminuem para 6 planos, focados nas principais questões levantadas no município, que são: **plano ambiental e gestão de riscos; Plano de saneamento básico; Plano de preservação e qualificação do patrimônio cultural; Plano de desenvolvimento rural; Plano de habitação e regularização fundiária.**

O Sr. Dauri e Sr. Claudio Inácio Schuch comentam sobre as datas dos Planos de Saneamento e aplicação de ReUrb no município concomitantemente.

Samuel fala sobre a questão do patrimônio cultural construído e dos potenciais, também do patrimônio ambiental, ressalta que é um diferencial do município que precisa ser preservado e valorizado. O Sr. Claudio Inácio Schuch fala das questões compensatórias que poderiam vir de outros municípios. Samuel explica que esse é um outro ponto a ser pensado na perspectiva do Planejamento da Região Metropolitana. O Sr. Claudio Inácio Schuch complementa que “eles” estão tentando isso, mas que há setores que não ajudam para que o processo ande. Outro aspecto citado é do PLAMUS, o Sr. Claudio Inácio Schuch cita que quando for implementado já estará defasado, já que o plano foi feito anteriormente e ainda não foi colocado em execução. Professor Samuel explica que várias dessas questões são de gerência

do Governo do Estado. O Sr. Claudio Inácio Schuch complementa as falas do professor Samuel em relação ao transporte hidroviário e também dos processos que deveriam ser de desocupação com pagamento indenizatório.

Samuel apresenta os instrumentos urbanísticos existentes no Plano Diretor Vigente, exemplificando alguns deles e as relações dos mesmos com um município como o de Angelina.

O Sr. Claudio Inácio Schuch pergunta sobre o direito de superfície. Samuel explica como ele funciona. O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta que em Florianópolis está sendo aplicado. O Sr Lucas Ternes Hames questiona sobre o direito de superfície.

Samuel explica que é um instrumento pouco utilizado e por isso foi proposta sua exclusão. Sr. Walter questiona sobre o interesse da prefeitura em obter novas terras. Samuel explica que para isso tem direito de preempção e que é muito importante que essas questões passem pelo conselho, mas sem a demarcação dessas áreas no plano.

Sr. Walter questiona sobre o perigo de retirada de tantos instrumentos do Plano e como faria se tais instrumentos forem necessários.

Samuel comenta que nos últimos anos nenhum desses instrumentos foram utilizados e que não estão elaborados de forma operacional. Samuel questiona se o comentário do Sr. Walter é sobre algum instrumento específico, ele responde que não. Samuel complementa dizendo que houve uma discussão interna sobre a efetividade desses instrumentos e a aplicação real em outros municípios do país. E que a ideia é retirar alguns instrumentos para a simplificação do plano.

Sr. José Alberto Werner pergunta sobre o direito de preferência em terrenos que têm material que a prefeitura tem interesse, por exemplo, terra, brita e captação de água em nascentes.

Samuel comenta que esta é uma pergunta boa, que será avaliada, por conta da manutenção das estradas serem algo muito importante para Angelina.

Sobre a questão do condomínio rural, o Sr. Claudio Inácio Schuch comenta sobre a viabilização desses parcelamentos, de INCRA, indiferente de estar quilômetros de distância da área urbana.

O Sr. Lucas fala sobre condomínios rurais em Rancho Queimado que não obedecem o módulo rural mínimo, Samuel fala que o que é feito lá não necessariamente está dentro da regularização ou que haja planejamento adequado pensando nas questões financeiras do município. Participantes debatem sobre o parcelamento dessas áreas rurais e condomínios rurais.

Sr. Michael Soares comenta que a arrecadação de Angelina e Rancho Queimado são completamente diferentes, ressalta que é necessário cuidar para não pagar com receita própria municipal a infraestrutura de questões que não são vantajosas ao município, mas sim a interesses pessoais. E que o Plano Diretor deve orientar os locais de implementação para que eles estejam dentro dos processos.

Sr. Lucas reforça sua opinião que para condomínios rurais, quando os projetos passarem por aprovação nas diferentes instâncias, o proprietário tem obrigação de fazer a implantação da infraestrutura, fala que isso se chama condomínio de lazer. Samuel concorda e diz que isso está sendo sugerido em algumas localidades com o ideário de planejamento, pensando em quais são os locais mais adequados para esse tipo de ocupação. Sr. Lucas fala que a implantação desses condomínios pode favorecer a arrecadação do município para o Imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI). O Sr. Claudio Inácio Schuch fala que o ITBI é uma arrecadação isolada, o Sr. Lucas fala que as compras e vendas acontecem várias vezes.

O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta sobre as ações civis públicas que estão sendo movidas em Rancho Queimado e da irregularidade fundiária, que a propaganda do município é boa, mas que há coisas que não são de conhecimento de todos.

O Prof. Samuel concorda, e ressalta que as características físicas e geográficas de Rancho Queimado são muito diferentes de Angelina e que é necessário importar de outros municípios aquilo que é bom para fomentar a economia e ajustar com as individualidades de Angelina, ofertando a possibilidade de ter o tipo de empreendimento desde que adequado ao planejamento.

Samuel continua a apresentação, mostrando quais os aspectos gerais desenvolvidos para os parâmetros de uso e ocupação do solo. Fala sobre misturar o que for possível e desejável dos usos do solo, sobre o respeito às pré existências e dinâmicas presentes no lugar. Exemplifica esses aspectos com casos da cidade de Nova Serrana.

Samuel fala também sobre a orientação do desenvolvimento urbano de acordo com a infraestrutura existente ou prevista. Sobre a densidade relacionada com acessibilidade e mobilidade.

O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta sobre as questões de mobilidade e a necessidade de criação de vagas de estacionamentos nas edificações. Samuel concorda, exemplifica com outras cidades da região de porte similar.

Samuel continua a apresentação abordando os outros aspectos, como a simplicidade, a isonomia e a noção de conjunto. Exemplifica também as diretrizes de diálogo com instrumentos urbanísticos, diversidade e justiça social e qualidade ambiental e paisagística da cidade.

Apresenta então o mapa com o Macrozoneamento atual, e explica que a proposta ainda conterà as 05 áreas. E também o mapa da área urbana, apresenta a sugestão da criação do perímetro urbano em Rio Novo, reforçando os aspectos que levaram a essa proposta. Samuel explica o zoneamento atual, as Zonas existentes e fala sobre os zoneamentos de Garcia e Barra Clara.

Samuel apresenta e explica a tabela com os parâmetros do zoneamento atual. E em seguida, apresenta os critérios gerais para o zoneamento proposto, fala sobre as dimensões de lotes nos novos parcelamentos, números de pavimentos e demais critérios básicos. E explica que para a proposta será apresentado na tabela os parâmetros de Uso e de Ocupação na mesma tabela, pois isso simplifica e facilita a leitura e entendimento das informações.

Samuel explica as tabelas com o zoneamento proposto, comentando sobre o que é permitido em cada uma das zonas e alguns dos parâmetros de ocupação. As Zonas propostas para Angelina são: Zona Mista Central (ZMC), Zona Residencial Mista (ZRM),

O Sr. Claudio Inácio Schuch comenta que, em determinadas situações, os custos de urbanização para levar infraestrutura adequada deveriam ser do proprietário que está parcelando, evitando assim que fique caro para o município.

Samuel retoma a apresentação explicando o que significa o coeficiente de aproveitamento. Fala que na Zona Mista Central (ZMC) está sendo previsto um coeficiente de aproveitamento máximo de 2 e exemplifica a situação, debatendo um exemplo com o Sr. Claudio Inácio Schuch.

Sr. Michael Soares comenta que uma das propostas que chegaram para a prefeitura é do Minha Casa Minha Vida, e que eventualmente nos próximos anos essas propostas podem chegar com mais frequências ao município.

Samuel concorda abordando que o objetivo do planejamento é dizer onde estão as melhores áreas para esses investimentos. Samuel fala sobre o incentivo de potencial construtivo quando existir fachada ativa associada a uso público.

Explica então os parâmetros da Zona Residencial Mista (ZRM), comenta que as taxas de ocupação e permeabilidade são parecidas, mas que o gabarito e tamanho do lote mudam um pouco. Em seguida expõem os parâmetros propostos para a Zona de Ocupação Controlada (ZOC), cuja proposta é ser uma zona de transição entre as zonas urbanas e as áreas de proteção ambiental. Nesta Zona os lotes são maiores, o coeficiente básico é menor que as demais zonas e a taxa de permeabilidade é maior, 70%.

Sr. Roquilaine fala sobre o lote no Garcia ser de 450m² e que, por conta disso, já existem dificuldades, então com a proposta de mil metros quadrados, na sua visão, acaba inviabilizando ainda mais. Samuel explica que quase toda área é de proteção ambiental. O Sr. Claudio Inácio Schuch fala que é só ter um carimbo da Defesa Civil, o professor Samuel explica que entre o que há permissões de exceção e o que é planejamento há diferenças.

Sr. Claudio Inácio Schuch questiona o loteamento que está saindo no meio do perímetro urbano de Garcia. Samuel questiona qual loteamento, alguns participantes negam ser loteamento e falam que é outro tipo de ocupação. Samuel reforça que a área urbana que está sendo sugerida, em comparação com a ocupação existente, já está sendo bem generosa em relação aos hectares disponíveis.

Samuel retoma a apresentação, demonstrando as sugestões da equipe para planejamento da expansão urbana. Inicia apresentando a proposta para área central, com implementação de ZMC ao longo das vias principais, ZRP nas demais áreas e ZOC como transição para APP's. E apresenta a área de Garcia, com a proposta de ZRP nos setores 1, 2 e 3 ZOC como transição para APP's.

O Sr. Felicio Juncks questiona quantos metros tem a extensão da Linha do Chaves.

Sr. Claudio Inácio Schuch questiona se o perímetro urbano demarcado está seguindo a linha de transmissão.

O Sr. Hermes (advogado da Sra. Neli Walter Koerich) pergunta sobre recursos relativos a imóveis que estão na instância do STJ, fala sobre áreas consolidadas em áreas com proteção ambiental. Samuel questiona as características desses imóveis. O Sr. Hermes diz que estão em áreas urbanas.

Samuel responde que no Plano Diretor haverá uma indicação de quais são as áreas caracterizadas como núcleos urbanos informais consolidados. Sr. Hermes questiona se no Plano virá o estudo socioambiental para flexibilização de APP.

O Sr. Michael Soares comenta que a prefeitura tentou fazer os estudos de áreas ambientais em paralelo ao Plano Diretor, mas que não foi possível por conta de outros custos do município. O estudo está em orçamento por volta de 70 mil reais.

O Sr. Hermes questiona se os prejudicados poderiam dividir o valor do estudo para o município. Samuel responde que eles podem buscar o estudo, mas que a prefeitura deve dar os parâmetros dos núcleos urbanos informais consolidados.

O Sr. Michael reforça que, segundo seu entendimento, essa regularização é para áreas urbanas consolidadas e não para áreas rurais. Samuel reforça que sim, que é entendimento pacificado entre as equipes técnicas, e que são para áreas urbanas e que os interessados podem buscar esse serviço. O Sr. Hermes questiona se a Lei dá critérios.

A Srta. Mariana, da equipe técnica da UFSC, explica que há duas questões diferentes: Uma delas é o processo da prefeitura de elaboração de um estudo socioambiental para todo município e o processo de regularização fundiária dos proprietários de áreas irregulares. Afirma que se os critérios serão dados pelo Plano Diretor, do que se entende de núcleo urbano consolidado.

O Sr. Hermes questiona se o orçamento foi referente a um estudo específico.

O Sr. Michael responde o estudo socioambiental orçado, informalmente, levava em consideração as principais áreas urbanas do município, sendo dos três centros urbanos existentes hoje. Mariana, Samuel e Michael explicam sobre as etapas necessárias e previstas para o processo de regularização fundiária e o que está previsto no Plano Diretor.

O Prof. Samuel apresenta então a proposta para a área de Barra Clara, com ZRP ao longo da via principal (onde não há restrição) e ZOC como transição para APP's. E

da área do Rio Novo, com a proposta seguindo a mesma lógica. Em seguida expõe a tabela de classificação dos usos, exemplificando sua aplicabilidade no Plano Diretor.

O Sr. Lucas pergunta sobre as sugestões de expansão urbana, qual o caminho entre identificações dessas áreas e a realidade.

Samuel responde que o PD é instrumento de planejamento, ou seja, essas áreas passam a ser possíveis de receber novos empreendimentos. Participantes entram numa discussão sobre a área de extensão da Linha do Chaves.

Samuel apresenta o quadro das áreas destinadas ao uso público, explicando os parâmetros estabelecidos para a proposta. O Sr. Lucas e Roquelaine fazem questionamentos sobre os parâmetros propostos e a como serão aplicados, Samuel responde explicando os parâmetros e a aplicação, exemplificando. Em seguida apresenta brevemente a tabela de parâmetros de vagas de estacionamento.

Como última pauta da reunião, Samuel expõe as informações para a **Consulta Pública** da versão preliminar do Plano Diretor. Sendo que será publicado um decreto específico, de acordo com orientações e normativas específicas (15 dias e regimento) para divulgação da mesma. Explica também o método de consulta pública proposto, com aplicação de formulário físico e online e a forma de sistematização das contribuições. E que a previsão é de que o período de Consulta Pública seja na primeira quinzena de outubro.

Sr. Dauri pergunta sobre a sistematização das contribuições. Samuel explica como acontecerá as respostas das contribuições e as próximas etapas de Leitura, consulta e sistematização. Fala que a entrega do formulário será feita também presencialmente em versão impressa nos seguintes locais: na sede da Prefeitura no Centro; no Posto Saúde do Garcia; no Centro Administrativo de Barra Clara e; no Posto de Saúde do Rio Novo. Assim como haverá o formulário online.

Samuel explica a sobre a divulgação dos resultados da Consulta Pública e a publicação dos mesmos por ocasião da Conferência do Plano Diretor Participativo de Angelina.

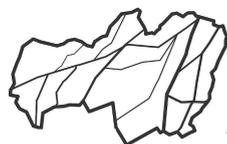
Roquelaine pergunta sobre como se dará a etapa após conferência. Samuel responde que serão sistematizadas e adicionadas as possíveis mudanças e depois

então se inicia a tramitação na Câmara de Vereadores. Reforçando como acontecerão as próximas etapas até a aprovação na Câmara dos Vereadores.

Sr. Dauri expôs sua preocupação com a leitura da versão preliminar dentro desses 15 dias e o envolvimento do Conselho e da Câmara de Vereadores. E questiona sobre as reais possibilidades de sistematização e encaminhamentos das próximas etapas até final de outubro.

Samuel comenta que essa é a previsão. Sr. Dauri perguntou se seria possível uma reunião do conselho dia 31 de outubro, após a consulta pública e antes da votação na Câmara de Vereadores. Samuel concorda e fala que isso é uma possibilidade. Os participantes discutem sobre a possibilidade de discussão de pontos específicos do Plano Diretor e datas possíveis de reunião com o Conselho. **A previsão da data desta reunião ficou para 17/10/2023.**

Sr. Dauri agradece a presença e participação de todos e encerra a reunião às 21:57.



Lista de presença membros do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina:

Qnt	Nome	Representação
1	Nilson Bruch	Trabalhadores Rurais e Urbanos
2	Maria de Fátima T. Melo	Macrozona Urbana Barra Clara
3	Michael Soares	Prefeitura Municipal de Angelina
4	Dauri Exterkoetter	APAE
5	Roquilane Souza	Macrozona Urbana de Garcia
6	Maria Aparecida Zimmermann	Macrozona Urbana de Garcia
7	Cíntia Furbringer	Macrozona Urbana Barra Clara
8	André Raimundo	Macrozona Rural de Alto Garcia - Representante 01
9	José Alberto Werner	Macrozona Urbana da Sede - Representante 02
10	Felício Junkes	Trabalhadores Rurais e Urbanos
11	Mauro Martins	Macrozona Rural Central - Representante 02
12	Claudio Inácio Schuch	Macrozona Rural Central - Representante 01
13	Adelio Nildo da Cruz	Associação de Amigos de Angelina (ANGELMIGOS)
14	Neli Walter Koerich	Macrozona Rural de Alto Garcia - Representante 01
15	Hermes G. Costa	Morador
16	Walter Souza Rosa Junior	Prefeitura Municipal de Angelina
17	Genilson Kammers	Macrozona Rural de Barra Clara - Representante 02

Lista de presença Equipe Técnica UFSC:

Samuel Steiner dos Santos	Apresentador
Nathália Sander	Elaboração da Ata
Nadine Saleh	Apoio
Márcio de França	Apoio
Mariana Panzera	Apoio de Ata